



Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM



Plano de Avaliação



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013

UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu



CONTROLO DO DOCUMENTO

Versão	Data	Descrição	N. de Página
1	04.11.2008	Plano de Avaliação do Programa Rumos	Todas

Elaboração: Autoridade de Gestão

Assinatura: _____

Aprovação: Autoridade de Gestão

Assinatura: _____

Índice

A. Objectivos e princípios gerais da avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013	2
A1. Enquadramento normativo comunitário e nacional	3
A2. Quadro Institucional para o Planeamento e operacionalização da avaliação	3
B. Avaliação “On Going” ao Programa Rumos	4
B1. Acompanhamento e Monitorização Estratégica – Conceitos e operacionalização.....	4
1.1. Gestão estratégica das políticas públicas	4
1.2. Pressupostos de estruturação	5
B2. Arquitectura do Programa Operacional	8
C. Concepção do Plano de Avaliação do Programa	10
C1. Enquadramento Global e Pressupostos para a elaboração do Plano	10
C2. Exercícios de Avaliação a realizar no período 2008-2011	12
C3. Fichas Síntese dos Exercícios de Avaliação a realizar no período 2008-2011	14

A. OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS GERAIS DA AVALIAÇÃO DO QREN E DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS 2007-2013

O primeiro ponto deste Documento sistematiza um conjunto de elementos de síntese que tem em vista acolher no Plano de Avaliação do Programa Rumos, as orientações globais constantes do Documento de Trabalho “Proposta de Plano de Avaliação do QREN e PO (Observatório do QREN, 23 de Outubro de 2008).

O objectivo geral da avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 encontra-se sintetizado no Artigo 47.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que estabelece as disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão: “As avaliações têm como objectivo melhorar a qualidade, a eficácia e a coerência da intervenção dos fundos e a estratégia e execução dos programas operacionais no que respeita aos problemas estruturais específicos que afectam os Estados-Membros e as regiões em causa, tendo em conta o objectivo do desenvolvimento sustentável e a legislação comunitária pertinente em matéria de impacto ambiental e de avaliação ambiental estratégica.”.

O actual período de programação inclui uma inovação muito significativa em matéria de concepção geral da avaliação, marcada sobretudo por uma perspectiva mais flexível do que no passado. Assim, em alternativa a um processo de avaliação no essencial definido a priori – consubstanciado no período 2000-2006 num exercício muito abrangente e complexo, relativamente estandardizado de avaliação intercalar de todos os Programas Operacionais – o Regulamento aponta para uma abordagem da avaliação “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

A avaliação assume-se, como instrumento de apoio à orientação política e estratégica do QREN e dos Programas Operacionais. Este objectivo específico é complementado com um outro: o de contribuir para uma gestão informada e eficiente na aplicação dos Fundos.

Nesse sentido, o QREN estabelece, de acordo com as disposições regulamentares aplicáveis, os princípios que devem orientar a actividade de avaliação a desenvolver durante o período de execução das intervenções co-financiadas pelos fundos estruturais e fundo de coesão. Sublinha, em particular, que será elaborado um plano de avaliação englobando as avaliações de natureza estratégica e operacional.

A função de avaliação no QREN 2007-2013 estará ainda subordinada à prossecução dos princípios da independência, da parceria e da transparência.

O princípio da independência traduz-se na realização dos exercícios de avaliação por entidades, internas ou externas à Administração Pública, funcionalmente independentes quer das Autoridades de Gestão, quer das entidades com responsabilidades na Monitorização Estratégica ou Operacional do QREN e dos Programas Operacionais.

O princípio da parceria traduz-se no estímulo à participação dos agentes relevantes ao longo dos processos de planeamento e operacionalização das avaliações, bem como na análise dos seus resultados. Em especial, a dimensão da parceria entre a Comissão e o Estado-Membro merece ser destacada, tendo em consideração a disposição regulamentar que determina que os objectivos dos fundos são realizados no âmbito de uma estreita cooperação entre ambos, abrangendo “a preparação, a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas operacionais”.

O princípio da transparência traduz-se na divulgação pública dos resultados mais relevantes das avaliações, bem como na promoção da respectiva utilização como recurso para a qualificação do debate público. Nesse sentido, as entidades responsáveis pela promoção das avaliações tomarão as medidas consideradas necessárias à adequada disseminação das suas conclusões.

A1. Enquadramento normativo comunitário e nacional

Os Regulamentos comunitários, a legislação nacional (em especial o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e dos respectivos PO e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, de auditoria e controlo, de certificação, de gestão, de aconselhamento estratégico, de acompanhamento e de avaliação) e os Programas Operacionais, fornecem o enquadramento necessário à definição e aplicação do Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013.

O Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 é aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, sob proposta do Observatório do QREN.

O Plano de Avaliação terá, ainda, em consideração as propostas de todas as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais e do IFDR e IGFSE, compreendendo, assim, os exercícios de avaliação previstos na fase de preparação do Plano, para o período 2007-2013, sendo que pelo menos anualmente ou sempre que se justifique, será objecto de actualização de acordo com os procedimentos previstos no quadro da rede de avaliação e dos normativos aplicáveis.

As componentes do Plano relativas ao Programa Rumos são objecto de prévia apreciação pelos intervenientes na gestão do Programa, sendo as mesmas aprovadas e, em resultado, o próprio Plano, pela Autoridade de Gestão do Programa.

A2. Quadro Institucional para o Planeamento e operacionalização da avaliação

O planeamento e a operacionalização da avaliação do QREN e dos Programas Operacionais têm como suporte o seguinte quadro organizativo:

- Ü **Rede de Avaliação do QREN 2007-2013**, composta pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais, por representantes do IFDR, do IGFSE e das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais;
- Ü **Unidades de Avaliação**, entendidas como órgãos tecnicamente competentes para, ao nível de cada Programa Operacional, apoiar a gestão no planeamento, lançamento e acompanhamento dos exercícios de avaliação a realizar no período 2007-2013, tanto de natureza operacional, como de natureza estratégica.

A Rede de Avaliação do QREN tem como funções principais contribuir para a preparação e acompanhar a execução do Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, sistematizando a informação e as propostas de exercícios de avaliação a realizar por iniciativa das diferentes entidades representadas, no sentido da sua harmonização e articulação.

A iniciativa e a responsabilidade pela execução de avaliações no âmbito de cada Programa Operacional, tanto de natureza estratégica como de natureza operacional, incumbem à respectiva Autoridade de Gestão.

As Autoridades de Gestão de cada Programa Operacional incluirão nas suas propostas as recomendações específicas que vierem a ser aprovadas pelas respectivas Comissões de Acompanhamento ou pelos Órgãos de Aconselhamento Estratégico (no caso dos Programas Operacionais Regionais do Continente) e, em especial, as que decorram da identificação – designadamente, com base nos indicadores de desempenho – de desvios relevantes entre os progressos verificados e os objectivos fixados ao nível de cada eixo prioritário.

B. AVALIAÇÃO “ON GOING” AO PROGRAMA RUMOS

B1. Acompanhamento e Monitorização Estratégica – Conceitos e operacionalização

1.1. Gestão estratégica das políticas públicas

A gestão estratégica das políticas públicas, nas suas múltiplas vertentes, constitui um instrumento relevante no processo de planeamento e avaliação do desenvolvimento regional conforme é reconhecido e alertado por diversos documentos de referência da Comissão Europeia e, de uma forma mais global, por publicações de carácter teórico, em vasta literatura disponível. A gestão estratégica posiciona-se no terreno da eficácia das políticas públicas, na perspectiva da mobilização/utilização/gestão ajustada dos recursos, designadamente dos recursos de financiamento, aos objectivos e resultados a alcançar.

No caso das Intervenções Operacionais Regionais, a perspectiva de gestão estratégica confronta-se com a necessidade de encontrar respostas que permitam equacionar os grandes desafios em presença nesta nova geração de políticas públicas da coesão, designadamente:

- ü A articulação activa entre competitividade económica, coesão social e territorial e sustentabilidade ambiental;
- ü A operacionalização dos processos de mobilização e gestão de recursos, num quadro em que é necessário associar participação/negociação/decisão;
- ü O equilíbrio entre eficácia e eficiência, num contexto norteado pelas exigências da equidade.

Estes desafios e pressupostos associados à gestão estratégica das políticas públicas, confrontam-se com uma complexa cadeia de efeitos directos, indirectos e induzidos que são postos em marcha não apenas pelas dinâmicas introduzidas pelos instrumentos de financiamento (p.e., Programas Operacionais Temáticos ou Regionais), mas também pelas políticas públicas que interferem nos domínios da intervenção/eixos prioritários daqueles Programas (p.e., via planos sectoriais específicos e planos de ordenamento), como, ainda, pelas estratégias de investimento/prioridades próprias dos agentes económicos, sociais e culturais.

Nesta perspectiva, a gestão estratégica das políticas públicas é colocada perante a necessidade de assegurar mecanismos de “gestão em rede” que contribuam para a referida “articulação activa” tanto dos resultados e impactos das Intervenções, como dos intervenientes na gestão e das entidades beneficiárias dos recursos mobilizados no contexto dessas Intervenções.

No âmbito do novo período de programação dos fundos estruturais, os Documentos de Orientação enfatizam a necessidade de promover a eficácia da governação (instituída como uma das cinco Prioridades do QREN) atribuindo especial relevância à concepção e desenvolvimento de instrumentos de monitorização estratégica, justamente entendidos como um dos contributos para operacionalizar as condições de suporte indispensáveis à gestão estratégica do QREN e dos novos Programas.

Tendo presente, a estrutura de objectivos estratégicos regionais, o enquadramento da Madeira no actual ciclo de mobilização dos fundos estruturais (Região do Objectivo Competitividade Regional e Emprego), o perfil de Programas Operacionais e o modelo de gestão proposto, a **função acompanhamento e monitorização estratégica** deve responder à seguinte **árvore de objectivos**:

<i>Objectivos globais</i>	<i>Objectivos operacionais</i>
<p>Ü Monitorização da convergência e sinergia entre os diferentes Programas/fundos estruturais, orientada para a implementação dos objectivos estratégicos do PDES 2007-2013.</p>	<p>Ü Articular a “função acompanhamento” com a “função avaliação”, designadamente no quadro do denominado Plano Global de Avaliação dos Programas (Racionalidade Temática dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais)^(*).</p>
<p>Ü Melhoria dos níveis de gestão e acompanhamento dos resultados e efeitos das políticas e dos Programas nos objectivos das políticas públicas regionais (nomeadamente, sectoriais e de ordenamento).</p>	<p>Ü Preparar informação estratégica de suporte para as instâncias de parceria que acompanham a gestão e desenvolvimento dos Programas.</p>

^(*) De acordo com o texto dos Programas referente a esta matéria a Madeira irá acompanhar o processo e actividades destes Centros tendo em vista beneficiar do conhecimento e das boas práticas relevadas nesse âmbito.

1.2. Pressupostos de estruturação

Os documentos de referência que foram preparados pelo Observatório do QREN (cite-se, p.e., na fase inicial, o Documento “Avaliação *on going* do QREN e dos Programas Operacionais 2007/2013 – Orientações Gerais”, 2007), foram desenvolvendo e fixando uma abordagem de enquadramento dos processos de avaliação que compreendia a explicitação dos laços de articulação com o conceito de monitorização estratégica, um instrumento relevante na óptica da “promoção da eficácia da governação”, uma das cinco prioridades estratégicas do QREN.

A necessidade de adoptar para a monitorização estratégica uma forte complementaridade entre a função avaliação e a função acompanhamento, destinava a esta um papel de “aferição regular e sistemática da evolução das operações com base na informação de natureza financeira ou associada a indicadores (de processo, de realizações ou de resultados), em geral disponível nos sistemas de informação”, uma perspectiva recuperada (de modo estruturado e aprofundado) no Sistema de Monitorização do QREN (cf. Documento do CTC/QREN, de 26 de Setembro de 2008).

Numa perspectiva mais global, a monitorização estratégica deverá estruturar capacidades que assegurem a combinação, entre outros, dos seguintes elementos: (i) elementos de acompanhamento (sistema de informação, visitas a projectos, entrevistas a responsáveis e técnicos, etc.) que veiculem conhecimento empírico sobre a evolução da execução dos projectos e o andamento das diversas tipologias de intervenção dos Programas; e (ii) elementos resultantes de processos de avaliação globais, com objectivos específicos ou de natureza temática.

Na óptica da monitorização estratégica, este primeiro pressuposto (combinação acompanhamento/avaliação) tem um corolário ligado à utilização da “mais valia dos processos de avaliação”, ou seja, a necessidade de garantir um aproveitamento na óptica da gestão e decisão política dos resultados das avaliações, com vantagem para a implementação das intervenções.

Um segundo pressuposto para o adequado funcionamento da monitorização estratégica remete para as articulações a assegurar com a denominada “rede inter-institucional” – Rede de Avaliação do QREN 2007-2013, da qual fazem parte as entidades que constituem o sistema de monitorização estratégica do QREN e as Autoridades de Gestão dos Programas.

No caso concreto da Região Autónoma da Madeira, as soluções adoptadas em matéria de gestão das Intervenções Operacionais, nomeadamente no caso do Programa Rumos, ampliam as necessidades de

articulação em vista da existência de responsabilidades institucionais distintas entre os Eixos do Programa (delegação de um conjunto de competências em gestores de Eixo, organicamente dependentes de diferentes Secretarias Regionais), de acordo com o Decreto Legislativo Regional que define o modelo de programação dos Programas Operacionais Regionais (artigo referente à Execução).

O Capítulo referente às Disposições de Execução dos PO da RAM para 2007-2013, inclui uma entrada referente à Monitorização e Avaliação que situa a função de monitorização dos Programas a um nível de contribuição para a “gestão informada e eficiente da aplicação dos Fundos”. A função deverá contar com os contributos articulados dos seguintes elementos empíricos:

- ü Sistemas de indicadores de acompanhamento e desempenho, com destaque para os de realização física e financeira e de produção de resultados;
- ü Avaliações de carácter estratégico e operacional ao longo do período de programação (*on going*) centrados na concretização de Objectivos dos Programas e visando apoiar o processo de decisão e orientação política dos mesmos.

O Documento de trabalho “Proposta de Plano de Avaliação do QREN e PO (Observatório do QREN, 19 de Setembro de 2008), delimita os objectivos e perspectivas de análise a contemplar em ambos os tipos de avaliação, uma delimitação fundamental para arquitectar as propostas do Plano de Avaliação do Programa Rumos:

- ü *Avaliação operacional*, a focalizar na verificação/apreciação do “modo como a programação física e financeira e os compromissos em matéria de gestão, acompanhamento, controlo e informação dos PO estão a ser prosseguidos e a traduzir-se nos resultados e impactes pretendidos (por relação) às condições de eficácia e eficiência promovidas”, para atingir os mesmos. Trata-se de centrar a análise na operacionalização do modelo de gestão e na relação entre a programação e a produção de resultados e impactes directos decorrentes da execução do Programa Operacional.
- ü *Avaliação estratégica*, centrada no “interface entre a avaliação operacional, os objectivos e prioridades estratégicas definidas” e as alterações de contexto, com implicações no desenvolvimento do Programa. As prioridades temáticas de intervenção adquirem aqui relevância particular e centralidade nas análises a efectuar, tratando-se de compreender como é que, em determinados domínios de intervenção e a nível regional, estão a ser alcançados os resultados e efeitos pretendidos, ao nível dos Eixos Prioritários e do Programa, na sua globalidade.

Esta delimitação contribui para reforçar a importância das articulações a estabelecer com o processo de monitorização, designadamente na óptica da identificação atempada dos denominados “desvios consideráveis” na execução dos Programas. Essa identificação deverá permitir fundamentar a iniciativa de realização de processos específicos de avaliação de natureza temática e/ou a (re) orientação dos conteúdos a contemplar posteriormente nos exercícios de Avaliação Intercalar.

Para efeitos de monitorização estratégica, antevêm-se necessidades de articulação técnica que assegurem o preenchimento de requisitos técnicos de suporte ajustados ao que se pretende, designadamente:

- ü Organização de dispositivos de informação, que apoiem o “acompanhamento das intervenções dos fundos comunitários na RAM” mediante a “recolha e o tratamento de indicadores físicos e financeiros necessários à gestão e avaliação dos apoios concedidos” (cf. atribuições do Instituto de Desenvolvimento Regional, estabelecidas pelo Decreto Legislativo Regional);
- ü Retroacção de elementos analíticos referentes à evolução económica social (mundial, nacional e regional) e aos resultados e efeitos associados à utilização de recursos de financiamento público para o desenvolvimento regional sustentável; e
- ü Elaboração de documentos/notas/pareceres que, por um lado, evidenciem os factores de risco e as condições de sucesso (boas práticas) associadas à aplicação dos fundos comunitários na Região e, por outro lado, proponham medidas de orientação.

Em termos de relacionamento institucional, os níveis/necessidades de articulação deverão situar-se no campo do envolvimento, entre outros, dos seguintes intervenientes na cadeia de gestão e execução do Programa:

- ü Entidades com responsabilidades de gestão global do Programa e de responsabilidade pela execução de Eixos Prioritários (Direcção Regional de Qualificação Profissional e Instituto Regional de Emprego).
- ü Entidades com responsabilidade de supervisão da implementação do PDES (Vice-Presidência do Governo Regional, Secretaria Regional do Plano e Finanças e Secretarias Regionais/Direcções Regionais, com tutela dos Domínios Prioritários do PDES 2007-2013).
- ü Estruturas de Apoio Técnico com responsabilidade na gestão do FEDER, FEADER e FEP.

B2. Arquitectura do Programa Operacional

A tabela seguinte sistematiza os objectivos específicos e os principais domínios de intervenção e de investimento constantes do Programa Rumos – Programa Operacional Potencial Humano e Coesão Social.

O Programa integra um conjunto relevante de opções estratégicas e de prioridades de intervenção que devem constituir parâmetros de actuação para a gestão e para as entidades beneficiárias, na concepção e desenvolvimento dos seus projectos.

Programa Rumos

Eixos	Objectivos específicos	Tipologias de intervenção
<i>Eixo 1- Educação e Formação</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ü Elevação dos níveis de qualificação escolar e profissional Ü Combate ao insucesso e à saída escolar precoce Ü Intensificação de formação de activos empregados e desempregados Ü Promoção da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas Ü Desenvolvimento da formação avançada Ü Melhoria da qualidade da educação e formação Ü Estímulo ao desenvolvimento e à melhoria qualitativa das estruturas e serviços de apoio à educação e à formação 	1.1.1. Sistema de Aprendizagem
		1.1.2. Cursos Profissionalizantes
		1.1.3. Cursos de Educação Formação
		1.1.4. Cursos de Especialização Tecnológica
		1.1.5. Cursos de Qualificação Profissional de jovens
		1.1.6. Educação Especial e Reabilitação
		1.2.1. Cursos de Qualificação/Reconversão/ /Aperfeiçoamento e Especialização de Activos
		1.2.2. Formação Profissional da Administração
		1.2.3. Acções de Formação - Consultoria
		1.2.4. Formação de docentes e Formadores
		1.2.5. Formação de Adultos
		1.2.6. Reconhecimento, Validação e certificação de Competências
		1.2.7. Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos
		1.3.1. Bolsas para Professores e Investigadores
		1.3.2. Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento
		1.3.3. Cursos de Formação Avançada
		1.3.4. Projectos de Investigação
<i>Eixo 2 -Emprego e Coesão Social</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ü Melhoria das condições de transição para a vida activa Ü Melhoria das condições de acesso ao emprego Ü Reinserção profissional de desempregados e pessoas desfavorecidas Ü Combate à exclusão dos grupos mais vulneráveis e à erradicação da pobreza 	2.1.1. Estágios Profissionais
		2.1.2. Assistência e Orientação para a Inserção na Vida Activa
		2.2.1. Apoios à criação do Próprio Emprego
		2.2.3. Prémios à auto-colocação
		2.2.4. Iniciativas Locais de Emprego
		2.2.5. Formação/Emprego
		2.2.6. Clubes de Emprego
		2.2.7. Substituição Temporária de Trabalhadores ausentes por motivo de Apoios à Família
		2.2.8. Desenvolvimento e melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego
		2.3.1. Integração Sócio-profissional de pessoas desfavorecidas
		2.3.2. Integração Sócio-profissional de pessoas portadoras de deficiência
		2.3.3. Empresas de Inserção
		2.3.4. Ocupação de Desempregados
		2.3.5. Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Na consolidação do Programa Rumos, designadamente na 1ª fase de apresentação/ organização de Candidaturas, para contextualizar os instrumentos de monitorização e os processos de avaliação a articular, adquirem especial relevância os seguintes instrumentos:

- Ü Documento relativo às responsabilidades de gestão entre a Autoridade de Gestão e os Organismos Intermédios.
- Ü Documento relativo aos critérios de selecção; e
- Ü Regulamentos específicos das diversas Tipologias de Intervenção.

A tabela seguinte procede a uma sistematização do corpo de **critérios de selecção** associados aos Eixos do Programa, os quais validam, em grande medida, o campo de objectivos estratégicos/dimensões de intervenção a concretizar no horizonte 2007-2013, mas estabelecem também uma relevante aproximação a vectores temáticos que reflectem prioridades estratégicas e devem merecer especial atenção, na óptica da concretização de objectivos específicos dos Eixos Prioritários.

Programa Rumos

Eixos	Dimensões-chave dos critérios de selecção
<i>Eixo 1 – Educação e Formação</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ü Necessidades de qualificações e de competências no âmbito do reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM; Ü Garantia majorada de empregabilidade dos formandos; Ü Integração no Catálogo Nacional de Qualificações/Correspondência a referenciais de formação aprovados.
	<ul style="list-style-type: none"> Ü Incorporação de uma abordagem sectorial, profissional e regional em todo o processo formativo, desde o diagnóstico de necessidades à avaliação da formação; Ü Prioridade a activos de empresas em reestruturação ou com projectos integrados de desenvolvimento organizacional, devendo haver uma coerência entre a formação e esses processos; Ü Necessidades de qualificações e de competências no âmbito do reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM; Ü Projectos integrados com outros apoios, p.e., no âmbito dos Sistemas de Incentivos.
	<ul style="list-style-type: none"> Ü Dupla certificação ou integração em formação modulares certificáveis no âmbito de processos de RVCC; Ü Garantia majorada de empregabilidade dos formandos; Ü Prioridade a públicos com baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional.
	<ul style="list-style-type: none"> Ü Projectos que assegurem melhores condições de empregabilidade após o estágio; Ü Projectos de entidades que tendo participado em programas desta natureza em anos anteriores, tenham apresentado resultados; Ü Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho; Ü Áreas de formação com maiores dificuldades de inserção na vida activa.
<i>Eixo 2 - Emprego e Coesão Social</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ü Projectos de criação de iniciativa empresarial economicamente viáveis; Ü Contemplem a criação do próprio emprego de públicos desfavorecidos e/ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.
	<ul style="list-style-type: none"> Ü Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

C. CONCEPÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

C1. Enquadramento Global e Pressupostos para a elaboração do Plano

O texto do Programa Rumos consagrou, de forma sucinta, as orientações genéricas do Documento “Avaliação *on going* do QREN e dos Programas Operacionais, 2007/2013 – Orientações Gerais”, designadamente as seguintes:

- a) Gestão informada e eficiente da aplicação dos Fundos – com base numa “função de monitorização dos PO”, para a qual contribuirão de forma articulada os sistemas de indicadores de acompanhamento e desempenho e as avaliações de carácter estratégico ou operacional.
- b) Informação regular sobre o estado dos Programas – tendo por base a utilização dos indicadores de acompanhamento e de desempenho – financeiros, de implementação, de realização física ou de produção de resultados – de suporte ao sistema de gestão e acompanhamento.
- c) Realização de avaliações ao longo do período de programação – de modo a permitir obter informação, numa base de relativa continuidade, sobre a concretização dos objectivos dos Programas Operacionais na sua relação com o contexto socio-económico externo e do seu contributo para as prioridades estratégicas do QREN. As Avaliações constituem, assim, um mecanismo essencial de apoio ao processo de decisão e à orientação política dos Programas Operacionais e, em particular, para identificar eventuais necessidades de alteração a meio de percurso”.

O Documento Proposta de Plano de Avaliação do QREN e dos PO estabelece os objectivos e princípios gerais de Avaliação, o respectivo enquadramento normativo comunitário e nacional, os mecanismos de coordenação para a implementação do Plano e a proposta de Lista Indicativa de Avaliações ao longo do período de vigência do QREN e dos Programas Operacionais.

Para efeitos de enquadramento global da Avaliação *on going* do Programa Rumos, importa reter deste Documento os seguintes elementos-chave:

- Ü Conceção geral da Avaliação, segundo uma perspectiva flexível, assente numa abordagem “à medida das necessidades” do processo de decisão política e de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.
- Ü Elaboração de um Plano de Avaliação englobando avaliações de natureza estratégica e operacional, segundo uma perspectiva integrada e *on going* a reflectir no processo de planeamento.
- Ü Estruturação de um quadro organizativo que compreende a existência dos seguintes instrumentos técnico-operacionais:
 - A iniciativa e a responsabilidade pela execução de avaliações por parte da Autoridade de Gestão do Programa Operacional, tanto as de natureza estratégica como as de natureza operacional;
 - O papel da Unidade de Avaliação, a funcionar junto da Autoridade de Gestão enquanto órgão tecnicamente competente para apoiar o planeamento, lançamento e acompanhamento dos exercícios de avaliação a realizar no período 2007-2013, tanto de natureza operacional como de natureza estratégica.

Tendo presente este enquadramento global, importa fixar alguns **pressupostos** a que deverá obedecer a **programação das actividades de Avaliação**.

- ü O Plano de Avaliação do Programa Rumos, segue as orientações constantes dos Documentos da Comissão Europeia referentes a esta importante vertente da gestão e desenvolvimento dos Programas de modo, não tanto a prestar contas (matéria das actividades de gestão e controlo estabelecidos) mas, sobretudo, numa perspectiva de valorizar os resultados alcançados e corrigir, em tempo, eventuais desvios face aos objectivos e metas e (re) orientar as modalidades de intervenção se tal se justificar.
- ü O Plano de Avaliação do Programa Rumos, acompanha as actividades do ciclo de avaliação do QREN, dos Programas Operacionais Temáticos e dos Programas Operacionais Regionais assegurando condições de reflexão e partilha de informação, no contexto mais vasto da observação das dinâmicas regionais dos aprofundamentos em domínios temáticos de intervenção, em suma, de monitorização de resultados das políticas públicas objecto de financiamento pelos fundos estruturais.
- ü O Plano de Avaliação do Programa Rumos, assume uma visão de ciclo para o período 2007/2013 e inclui perspectivas de trabalhos mais específicas no horizonte 2010, correspondente ao primeiro terço de execução dos Programas, sem prejuízo de proceder a ajustamentos anuais que as dinâmicas de gestão e desenvolvimento das Intervenções venham a justificar.
- ü O Plano de Avaliação do Programa Rumos, adopta uma perspectiva predominantemente estratégica valorizando dimensões de intervenção de carácter temático que constituem domínios inovadores e de potencial valor acrescentado que devem beneficiar de uma monitorização estratégica atenta e com concentração de recursos, na óptica do acompanhamento e avaliação.

A adopção de uma **perspectiva predominantemente estratégica** tem como corolário a necessidade de sistematizar um conjunto de matérias/temas que deverão ser objecto de uma maior atenção, a partir da entrada do Programa em velocidade de cruzeiro. Essa atenção deve centrar-se nas condições de eficácia, na produção de resultados e nos efeitos-tipo para que podem contribuir, na óptica das finalidades estratégicas e, designadamente, dos campos de intervenção com características inovadoras que o Programa introduziu nesta nova geração de políticas públicas, que é também nova nas perspectivas e no quadro de objectivos dos fundos estruturais.

No período inicial de vigência do Programa (2008-2009), considera-se haver vantagem em conciliar as perspectivas estratégica e operacional, segundo uma óptica de aproximação aos elementos de concretização da mudança:

- (i) por um lado, em matéria de prioridades estratégicas de intervenção reflectidas nos Eixos Prioritários do Programa; e,
- (ii) por outro lado, nas mudanças institucionais orgânicas e de modelo de gestão (Autoridade de Gestão vs. Organismos Intermédios).

Em idêntico sentido, é entendimento da Autoridade de Gestão que as Avaliações parcelares (e de carácter expedito, nesta 1ª fase), deveriam adoptar uma perspectiva utilitária no sentido de contribuírem para evidenciar caminhos, p.e., em matéria de oportunidades/necessidades de desenvolvimento da oferta formativa; da qualificação de recursos e metodologias de formação; e de orientação das iniciativas de reforço da inserção e empregabilidade.

C2. Exercícios de Avaliação a realizar no período 2008-2011

As Avaliações identificadas neste Plano constituem um compromisso preliminar que deverá ser (re)ajustado, em calendário face às incidências do 1º ciclo de execução do Programa Rumos.

Exercícios de Avaliação a concretizar nos anos de 2008/2009

A orientação geral para esta 1ª fase consiste em realizar trabalhos que correspondam a uma lógica de proximidade à Monitorização, propiciadora da identificação de desvios relevantes face aos objectivos fixados. Tem-se em vista assegurar uma adequada articulação entre uma vertente de operacionalização e uma vertente tendencialmente estratégica, ainda que centrada na perspectiva da introdução de ajustamentos considerados necessários no sistema de gestão/governança do Programa e na relação do perfil de candidaturas com as prioridades estratégicas reflectidas nos Eixos Prioritários do Programa.

Exercícios de Avaliação a realizar no período 2010-2011

Neste período de consolidação das dinâmicas de execução do Programa Rumos, deve ser privilegiada a articulação entre as vertentes operacional e estratégica contemplando:

Ü *Avaliação intermédia* centrada no modelo/soluções de gestão adoptadas para o Programa Rumos (global e por Eixos Prioritários).

Ü *Avaliações Temáticas*

As componentes de avaliação temática devem adoptar como entradas-chave, as dimensões-problema e as necessidades prioritárias a que os Eixos Prioritários e as diversas Tipologias de intervenção procuram dar resposta (p.e., formação inicial de carácter profissionalizante; diferentes percursos/modalidades formativas e regimes de certificação; formação inserida em dinâmicas vocacionalmente sectoriais; formação de activos empregados; formação de desempregados; percursos individuais de formação; apoios ao emprego; e apoios aos sistemas de educação, formação e emprego).

Na óptica da articulação entre a monitorização estratégica, a monitorização operacional e financeira e o Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais, as propostas concretas de Avaliações temáticas, deverão integrar a actualização do Plano de Avaliação do Programa Rumos.

Paralelamente, pretende-se contemplar (em condições a especificar nos diferentes exercícios de Avaliação) uma componente de análise que permita expressar a relevância da Estratégia Europeia para o Emprego/Estratégia de Lisboa nas Intervenções FSE na Região de modo a obter uma adequada contextualização dos elementos que interferem com a concretização das Prioridades e das Directrizes da EEE/Plano Regional de Emprego, sendo de salientar nessa perspectiva as seguintes temáticas-chave de avaliação

- Avaliação do impacte na empregabilidade dos apoios à formação inicial de dupla certificação.
- Avaliação de resultados da formação – consultoria, na modernização das empresas.
- Avaliação de resultados e efeitos das diversas modalidades de apoio à criação de emprego.

Participação da Região e do Programa Rumos nos processos de Avaliação Global do QREN e dos Programas Operacionais

De acordo com o Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, a Autoridade de Gestão do Programa Rumos acompanha os seguintes exercícios de avaliação que correspondem a exercícios de avaliação de carácter global e estratégico do QREN e dos Programas Operacionais a desenvolver ao longo da vigência dos Programas:

Ü Avaliação Global da Implementação do QREN no período 2007-2008

Esta Avaliação de natureza estratégica, da responsabilidade do Observatório do QREN e a realizar no 2º semestre de 2009, tem como objectivo prático contribuir para o Relatório Estratégico Nacional (a entregar à Comissão Europeia até ao final do ano de 2009). Os seus principais objectivos são os seguintes:

- (i) Avaliar, com base na execução até à data, o contributo das Intervenções Operacionais no âmbito do QREN para os objectivos da Política de Coesão.
- (ii) Avaliar, com base na execução até à data, o contributo das Intervenções Operacionais no âmbito do QREN para a prossecução das Orientações Estratégicas Comunitárias.
- (iii) Avaliar, com base na execução até à data, o contributo das Intervenções Operacionais no âmbito do QREN para a prossecução dos respectivos objectivos globais.

Ü Avaliação Intercalar do Impacte Macroeconómico do QREN 2007-2009

Esta Avaliação de natureza estratégica, da responsabilidade do Observatório do QREN e a realizar no 3º semestre de 2010, tem como objectivos:

- (iv) Estimar, com base na execução global nos anos 2007, 2008 e 2009, o impacte do QREN sobre as principais variáveis macroeconómicas (Produto, VAB, Consumo Privado, Investimento, Emprego, Balança de Bens e Serviços), no curto, médio e longo prazo.
- (v) Estimar, com base na execução global nos anos 2007, 2008 e 2009, o efeito agregado do QREN e dos QCA sobre as principais variáveis macroeconómicas no curto, médio e longo prazo.

Ü Avaliações Temáticas Globais

A realizar durante os anos de 2010/2011, tendo como objectivo específico avaliar o contributo das várias Intervenções Operacionais para os objectivos gerais do QREN.

Ü Avaliação Intercalar do QREN 2007-2010

Esta Avaliação de natureza estratégica, da responsabilidade do Observatório do QREN e a realizar até ao final do 4º trimestre de 2011, tem como objectivos:

- (vi) Avaliar, com base na execução até à data, o contributo das Intervenções Operacionais no âmbito do QREN para os objectivos da Política de Coesão.
- (vii) Avaliar, com base na execução até à data, o contributo das Intervenções Operacionais no âmbito do QREN para a prossecução das Orientações Estratégicas Comunitárias.
- (viii) Avaliar, com base na execução até à data, o contributo das Intervenções Operacionais no âmbito do QREN para a prossecução dos respectivos objectivos globais.

Ü Avaliação Global da Execução do QREN no período 2007-2011

Esta Avaliação de natureza estratégica, da responsabilidade da Autoridade de Gestão dos Programas Operacionais e a realizar até ao final do 2º trimestre de 2012, tem como objectivo prático contribuir para o Relatório Estratégico Nacional (a entregar à Comissão Europeia até ao final do ano de 2012) sobre o contributo dos Programas co-financiados pelos Fundos para os objectivos da Política de Coesão e as Orientações Estratégicas Comunitárias.

C3. Fichas Síntese dos Exercícios de Avaliação a realizar no período 2008-2011

Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos no Contexto da Estratégia do QREN no período 2007-2008	
Principais objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Ü Avaliar a pertinência dos dispositivos de gestão e acompanhamento, nomeadamente face ao desenvolvimento das prioridades estratégicas do Programa, com especial relevo para as que decorrem do PDES 2007-2013. Ü Avaliar a adequação das modalidades de operacionalização adoptadas pelo Programa, na óptica da prossecução das prioridades estratégicas do QREN, reflectidas nos respectivos Eixos Prioritários. Ü Avaliar as dinâmicas de execução das tipologias de intervenção dos Eixos Prioritários do Programa, à luz da pertinência das candidaturas aprovadas, face às expectativas de concretização das prioridades estratégicas do Programa e dos objectivos específicos dos seus Eixos. Ü Identificar e caracterizar eventuais desvios significativos na execução dos Eixos Prioritários do Programa.
Principais questões de avaliação (exemplos)	<ul style="list-style-type: none"> Ü As mudanças institucionais e orgânicas e de modelo de gestão adoptadas, revelam-se operacionais e propiciadoras de melhorias de eficácia e eficiência? Ü As soluções adoptadas para operacionalizar a gestão e desenvolvimento do Programa revelam-se adequadas às necessidades resultantes da concretização dos objectivos e metas estabelecidos? Ü O modelo de lançamento do Programa divulgação e fases de abertura de candidaturas revelou-se adequado à eficácia de gestão e dinâmica de execução das diversas tipologias de intervenção? Ü O perfil dos promotores de pedidos de co-financiamento revela capacidades e adequação potencial à concretização dos objectivos dos Eixos Prioritários do Programa? Ü As dinâmicas de procura dos promotores e a qualidade das candidaturas de apoios apresentadas nas diversas tipologias de intervenção, correspondem ao perfil esperado? Ü As dinâmicas de procura dos promotores e a qualidade das candidaturas apresentadas para apoio nas diversas tipologias de intervenção, correspondem às dimensões-chave incentivados pelos critérios de selecção dos Eixos Prioritários do Programa? Ü As candidaturas apresentadas e aprovadas revelam-se adequadas face às orientações estratégicas relativas ao reforço da competitividade da economia regional? Ü As candidaturas apresentadas e aprovadas revelam-se adequadas face ao reforço da integração e empregabilidade dos formandos? Ü As candidaturas apresentadas e aprovadas revelam-se adequadas face à prioridade a atribuir a públicos com baixos níveis de escolarização e qualificação profissional? Ü O perfil de critérios de selecção adoptados para a apreciação e hierarquização das candidaturas tem permitido apoiar candidaturas pertinentes à luz das necessidades de cumprimento de objectivos e metas definidas? Ü O perfil e dimensão dos projectos apoiados garantem a concretização das metas estabelecidas pelos Eixos Prioritários do Programa RUMOS?



Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos no Contexto da Estratégia do QREN no período 2007-2008	
Utilização específica dos resultados da avaliação	<p>Os resultados da avaliação da operacionalização destinam-se a reforçar as condições de suporte à gestão e desenvolvimento do Programa, na dupla óptica da melhoria da eficácia e da eficiência das realizações e da pertinência das dinâmicas de resultados e efeitos face aos objectivos e metas definidas.</p> <p>Nesta dupla perspectiva, os resultados da avaliação de operacionalização devem fundamentar (re) ajustamentos, nomeadamente nos domínios seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">Ü Delegação de competências entre a Autoridade de Gestão e entidades às quais foram atribuídas responsabilidades pela execução dos Eixos Prioritários;Ü Regulamentação específica das Tipologias de IntervençãoÜ Divulgação das tipologias de intervenção junto de entidades de intermediação e interface, bem como de potenciais promotores (metodologia de lançamento dos períodos de abertura de candidaturas);Ü Dinamização e recepção de candidaturas, modelo de análise de projectos e aplicação da grelha de análise/critérios de selecção;Ü Formulários de candidatura (qualidade e utilidade dos outputs);Ü Condições de elegibilidade e de selectividade, etc.).
Incidência programática	Programa Rumos
Âmbito territorial	RAM
Âmbito temático	Operacionalização
Procedimento de Contratação recomendado	Com recurso a equipa interna, sob orientação técnica de consultoria externa especializada.
Requisitos para a análise de resultados e das conclusões	Comissão Governamental de Orientação, Autoridade de Gestão, Comissão de Acompanhamento e Observatório do QREN
Requisitos para o acompanhamento da avaliação	Equipa de Acompanhamento integrando a Autoridade de Gestão do Programa Rumos, o IGFSE e o Observatório do QREN
Requisitos mínimos de divulgação	Sumário executivo, disponível nos websites do Programa Rumos, do QREN e da Comissão Europeia
Responsabilidade pelo lançamento da avaliação	Autoridade de Gestão do Programa Rumos
Responsabilidade pelo acompanhamento das recomendações	Autoridade de Gestão do Programa Rumos com a colaboração do Observatório do QREN
Calendário do lançamento *	Até ao final do 4º trimestre de 2008
Calendário da realização	Até ao final do 3º trimestre de 2009
Fonte de financiamento prevista	Assistência Técnica
Estimativa de custo	n.a.

(*) Calendário do lançamento do respectivo procedimento para o desenvolvimento da avaliação em causa condicionado pela data em que o Plano de Avaliação for aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN.



Avaliações temáticas no âmbito dos Eixos Prioritários/Prioridades estratégicas do Programa Rumos - Quadro de Referência -

Principais objectivos	<p>A perspectiva a adoptar nas Avaliações Temáticas deve ter em conta a utilidade a proporcionar pelos resultados em vista da (re)orientação dos instrumentos de política subjacentes aos Eixos Prioritários do RUMOS, os quais respondem a prioridades e domínios estratégicos de intervenção consagrados no PDES 2007-2013.</p> <p>Paralelamente, importa ter presente os contributos para a concretização dos compromissos do Plano Regional de Emprego e da própria Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida, com peso determinante nos avanços em direcção aos objectivos da Estratégia de Lisboa Renovada, em matéria de desenvolvimento do potencial humano.</p> <ul style="list-style-type: none">Ü Avaliar a relevância e a pertinência da prioridade temática de intervenção(*) no quadro das alterações verificadas face ao contexto de partida.Ü Avaliar as dinâmicas da procura e a eficácia das intervenções desenvolvidas, tendo em vista eventuais reorientações ou redimensionamento de prioridades (afecção de recursos, critérios de selecção, ...).Ü Avaliar o desempenho dos dispositivos de gestão e acompanhamento que mais directamente influenciam a concretização de objectivos da prioridade temática de intervenção. <p>(*)[Exemplos-tipo a consolidar: formação inicial, de carácter profissionalizante; diferentes percursos/modalidades formativas e regimes de certificação; formação inserida em dinâmicas vocacionalmente sectoriais; formação de activos empregados; formação de desempregados; percursos individuais de formação; apoios ao emprego; e apoios aos sistemas de educação, formação e emprego].</p>
Principais dimensões/questões de avaliação (exemplos)	<ul style="list-style-type: none">Ü Análise das alterações ocorridas face ao contexto de partida das dimensões-problema/necessidades de intervenção, com reflexos na pertinência e coerência da prioridade temática de intervenção.Ü Análise do perfil de resultados e efeitos alcançados pelos projectos/acções co-financiados, segundo a estrutura lógica de objectivos associados à prioridade temática de intervenção,Ü Análise da capacidade técnica e institucional das entidades promotoras para a concretização dos objectivos operacionais associados à prioridade temática de intervenção.Ü Identificação dos impactos gerados pelas dinâmicas de realização e resultados dos projectos/acções apoiadas no âmbito da prioridade temática de intervenção.Ü Análise das articulações existentes com outros instrumentos de intervenção e co-financiamento, segundo as complementaridades e elementos de alavancagem induzidos no desempenho global da prioridade temática de intervenção.Ü Análise do modelo de gestão e das soluções adoptadas em termos globais e no quadro das responsabilidades de gestão atribuídas ao nível dos Eixos Prioritários, segundo as implicações induzidas no desempenho da prioridade temática de intervenção.Ü Análise dos contributos das tipologias de intervenção enquadradas pela prioridade temática, para a concretização das Prioridades/Directrizes da EEE/Plano Regional de Emprego.
Utilização específica dos resultados da avaliação	<ul style="list-style-type: none">Ü Fundamentação de eventuais (re) orientações das necessidades prioritárias de intervenção.Ü Formulação de orientações estratégicas e operacionais dirigidas às entidades beneficiárias e intermédias, com incidência nos critérios de selecção e/ou condições de acesso às operações co-financiadas no âmbito da prioridade temática.Ü Fundamentação específica de suporte a eventuais necessidades de reprogramação interna, resultantes do reequilíbrio entre prioridades temáticas.



Avaliações temáticas no âmbito dos Eixos Prioritários/Prioridades estratégicas do Programa Rumos - Quadro de Referência -	
Incidência programática	Programa Rumos
Âmbito territorial	RAM
Âmbito temático	[A definir cf. exemplos-tipo indicados]
Procedimento de Contratação recomendado	Ajuste directo
Requisitos para a análise de resultados e das conclusões	Comissão Governamental de Orientação, Autoridade de Gestão, Comissão de Acompanhamento e Observatório do QREN
Requisitos para o acompanhamento da avaliação	Equipa de Acompanhamento integrando a Autoridade de Gestão do Programa Rumos, o IGFSE e o Observatório do QREN
Requisitos mínimos de divulgação	Sumário Executivo, disponível nos websites do Programa Rumos, do QREN e da Comissão Europeia
Responsabilidade pelo lançamento da avaliação	Autoridade de Gestão do Programa Rumos
Responsabilidade pelo acompanhamento das recomendações	Autoridade de Gestão do Programa Rumos com a colaboração do Observatório do QREN
Calendário do lançamento	Ao longo de 2009, 2010 e 2011
Calendário da realização	Ao longo de 2010 e 2011
Fonte de financiamento prevista	Assistência Técnica
Estimativa de custo	Até 75.000 €, por Avaliação Temática

Avaliação Intercalar do Programa Rumos (2007-2010)	
Principais objectivos	<ul style="list-style-type: none"> Ü Avaliar a pertinência e a coerência (global e por Eixo Prioritário) face às alterações do contexto de partida e aos níveis de concretização das prioridades estratégicas do PDES 2007-2013, designadamente dos domínios de intervenção consagrados nos Eixos Prioritários do Programa. Ü Avaliar a performance e o impacte do PO numa fase intermédia do seu período de vigência. Ü Avaliar o grau de concretização das prioridades estratégicas do Programa e dos objectivos específicos dos Eixos Prioritários. Ü Avaliar o modelo e soluções de gestão adoptadas para o Programa (em termos globais e segundo as responsabilidades de execução dos Eixos Prioritários).
Principais questões de avaliação (exemplos)	<ul style="list-style-type: none"> Ü Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado? Ü Quais as explicações para o perfil de desempenho observado? Ü O perfil de execução corresponde ao esperado? Ü Quais as mudanças induzidas sobre as dimensões-problema características da situação de partida? Ü Qual o impacto global da execução do PO até à data nas principais variáveis ligadas às prioridades do QREN referentes à Agenda Temática do Potencial Humano, no curto, médio e longo prazo?
Utilização específica dos resultados da avaliação	<ul style="list-style-type: none"> Ü Reforço da coerência e racionalidade das prioridades estratégicas de intervenção. Ü Melhoria de eficácia e eficiência na afectação dos recursos de financiamento. Ü Demonstração de impactes ao nível de cada Eixo Prioritário e relação com os objectivos das políticas activas de emprego subjacentes à intervenção dos Eixos Prioritários. Ü Fundamentação de eventuais necessidades de reprogramação interna do PO. Ü Fundamentação de eventuais (re) ajustamentos do modelo de gestão/responsabilidades de execução.
Incidência programática	Programa Rumos
Âmbito territorial	RAM
Âmbito temático	Global
Procedimento de Contratação recomendado	Concurso público
Requisitos para a análise de resultados e das conclusões	Comissão Governamental de Orientação e Comissão de Acompanhamento dos PO da RAM
Requisitos para o acompanhamento da avaliação	Equipa de Acompanhamento integrando a Autoridade de Gestão do Programa Rumos, o IGFSE e o Observatório do QREN
Requisitos mínimos de divulgação	Sumário Executivo, disponível nos websites do Programa Rumos, do QREN e da Comissão Europeia
Responsabilidade pelo lançamento da avaliação	Autoridade de Gestão do Programa Rumos
Responsabilidade pelo acompanhamento das recomendações	Autoridade de Gestão do Programa Rumos com a colaboração do Observatório do QREN
Calendário do lançamento	Até ao final do 4º trimestre de 2010
Calendário da realização	Até ao final do 2º trimestre de 2011
Fonte de financiamento prevista	Assistência Técnica do PO
Estimativa de custo	(A definir)



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
2007-2013

UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu

